

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 59, DE 2023

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execuções Penais, para incluir a obrigatoriedade de fornecimento de produtos de higiene e equipamentos infantis em penitenciárias femininas.

Autora: Deputada Renata Abreu

Relatora: Deputada Duda Salabert

Relator- Substituto: Deputado Sargento Fahur

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 59, de 2023, visa incluir parágrafos no art. 13 da Lei de Execuções Penais, estabelecendo a obrigatoriedade de fornecimento irrestrito de itens de higiene, como papel higiênico, absorventes íntimos femininos e fraldas descartáveis, além de equipamentos infantis nas penitenciárias femininas.

Esta proposição consiste na reapresentação do Projeto de Lei nº 3.461/2015, de autoria do ex-deputado federal Carlos Andrade. A nobre autora em sua justificativa apresentada destacou a necessidade de assegurar a dignidade humana das mulheres encarceradas, apontando a falta de produtos básicos e condições degradantes em presídios femininos como problemas urgentes que precisam de solução legislativa.

Apresentado em 02/02/2023, o projeto foi distribuído, em 29/03/2023, às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Sujeita à apreciação conclusiva pelas, em regime de tramitação ordinária.



A proposição em tela foi recebida pela CSPCCO em 15 de dezembro de 2023, que designou como relatora a Deputada Duda Salabert, o qual proferiu parecer pela aprovação nos termos do Substitutivo adotado pela CMULHER.

Em 05 de novembro de 2024, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) apreciou o voto da relatora, concluindo por sua rejeição e designando este Deputado como relator-substituto para proferir o voto vencedor, cumprindo agora esse honroso dever.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta de alteração da Lei de Execuções Penais, que visa tornar obrigatória a disponibilização irrestrita de itens de higiene pessoal e equipamentos para crianças nas penitenciárias femininas, suscita uma reflexão profunda sobre as prioridades de gestão pública e as reais necessidades do Brasil. Enquanto a justificativa apresentada evoca a dignidade humana como princípio basilar, o que não se contesta, é preciso observar que, em um país onde itens básicos como papel higiênico são escassos até mesmo em escolas e hospitais. Direcionar recursos para atender a população carcerária parece um desalinhamento das prioridades e um desvirtuamento moral.

É notório que a realidade enfrentada por milhões de brasileiros é marcada pela carência de infraestrutura adequada em instituições educacionais e de saúde¹. Salas de aula sem materiais básicos e muitas vezes até sem merenda, hospitais sem equipamentos e medicamentos essenciais são situações comuns em nosso país. Dito isso, um projeto de lei como esse serve apenas para desviar a atenção das reais necessidades do povo, buscando investir em políticas que protegem criminosos ao invés de focar no bem-estar e desenvolvimento das famílias e das crianças brasileiras, o que revela uma inversão de valores alarmante.

Propostas como essas não só agravam a crise social como também minam a confiança da população na classe política. Portanto, é inadmissível aceitar que criem despesas e obrigações que prioriza aqueles que, por escolha própria, trilharam o caminho da criminalidade, colocando-os em posição privilegiada em relação à população honesta e trabalhadora.

¹ <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2023/07/quase-60-das-escolas-publicas-no-brasil-tem-instalacoes-inadequadas/>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sargento Fatur



Essa inversão de valores expõe uma preocupação desmedida de setores da esquerda com os direitos de presos, ao passo que faltam ações concretas para assegurar um ambiente digno para crianças e famílias de baixa renda que sofrem com a ausência de políticas públicas efetivas. É inaceitável que recursos que poderiam ser empregados na construção de escolas, aquisição de materiais didáticos, e fornecimento de remédios sejam canalizados para um sistema carcerário que não deveria prestar quaisquer privilégios a criminosos.

Portanto, na qualidade de relator, este deputado expressa veementemente a necessidade de rejeição do projeto, apontando que a prioridade deve ser o atendimento das necessidades básicas da sociedade livre e não dos que violaram suas leis.

Diante do exposto, voto pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 59, de 2023. Sala da Comissão, em 11 de Novembro de 2024.

Deputado Sargento Fahur / PSD- PR

Relator

